

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.927 - RJ
(2019/0277187-2)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : FABIO JUNIOR DE FREITAS COSTA
ADVOGADO : PAULO ROBERTO DE AVELAR SILVA - RJ059035
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por FABIO JUNIOR DE FREITAS COSTA contra decisão monocrática da lavra do Ministro Presidente desta Corte, que não conheceu do recurso pela ausência de impugnação dos fundamentos da decisão agravada. (Súmula 182/STJ).

Sustenta o agravante que foram sim combatidos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial.

É o relatório. **Decido.**

Compulsando-se os autos, verifica-se que procede a argumentação trazida no agravo regimental. Passa-se, então, ao reexame do recurso especial.

Os elementos existentes nos autos informam que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao apelo defensivo para reduzir a pena do recorrente para 5 (cinco) anos e 3 (três) meses de reclusão, em regime fechado pelo cometimento do crime do art. 35 da Lei n. 11.343/2006.

A defesa aponta a violação dos arts. 33, § 2º, "b", 59, 62, I, e 68, do Código Penal, alegando, em síntese, ausência de fundamentação idônea para o aumento da pena-base e necessidade de abrandamento do regime prisional.

Sem razão, isso porque conforme bem destacado na sentença e no acórdão condenatórios, o fato do recorrente, mesmo preso, continuar exercendo o mais alto posto na hierarquia do tráfico somado à expansão da atividade para outros bairros além do Jardim Cidade do Aço, justificam, sim, o aumento da pena basilar. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE

Superior Tribunal de Justiça

DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSIÇÃO DE LIDERANÇA NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. QUANTIDADE DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não há violação do princípio da correlação entre a denúncia e a sentença condenatória, pois a denúncia imputou as condutas de tráfico de entorpecentes na modalidade adquirir e fornecer, além da associação para o tráfico, destacando sua posição de liderança dentro do esquema criminoso.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, a figura delitiva prevista no art. 36 da Lei de Drogas só se aplica ao agente que não se envolve nas condutas de traficância, nem é autor ou partícipe, emergindo da moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias a prática do delito previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, VII, ambos daquele diploma legal, embora não aplicada a causa de aumento. Precedente.

3. A posição de liderança exercida por agente pertencente ao núcleo de organização criminosa, assim como a grande quantidade de droga apreendida - 5.260g de cocaína -, justificam a exasperação da pena basilar com esteio na culpabilidade e nas circunstâncias do crime, respectivamente. Precedentes.

4. Agravo interno improvido. (AgInt no HC 425.868/AC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 03/06/2019)

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. DOSIMETRIA. PENA-BASE APLICADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. LIDERANÇA NA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. COOPTAÇÃO DE MENORES DE IDADE. AUMENTO DA PENA NA FRAÇÃO DE 1/5 NA SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA. MULTIRREINCIDÊNCIA. PROPORCIONALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

- A revisão da dosimetria da pena somente é possível em

Superior Tribunal de Justiça

situações excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios (HC n. 304083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 12/3/2015).

- A análise das circunstâncias judiciais do art. 59, do Código Penal, não atribui pesos absolutos para cada uma delas, a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito. Assim, é possível que o magistrado fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto (AgRg no REsp 143.071/AM, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 6/5/2015).

- A exasperação da pena-base do delito de associação para o tráfico está adequadamente motivada, na circunstância de o agente assumir posição de liderança no grupo desbaratado. O reconhecimento dessa condição de líder, aliás, é juízo de fato, firmado pela instância a quo, que não pode ser reformado na via estreita, de cognição sumária, do writ.

- Outrossim, a circunstância concreta de a organização criminosa fazer uso do trabalho de menores de idade desborda do ordinário do tipo e legitima o maior incremento da pena, na primeira etapa dosimétrica.

- Na hipótese, o aumento da pena na fração de 1/5, na segunda fase da dosimetria, é proporcional e está devidamente fundamentado na múltipla reincidência do paciente, o que enseja um juízo de maior reprovabilidade.

- Habeas corpus não conhecido. (HC 477.199/SP, desta relatoria, DJe 19/02/2019)

Quanto à alegada violação do art. 62, I, do, CP, ressalto que seu conteúdo não foi objeto de debate pelas instâncias de origem, ressentindo-se o recurso especial do necessário prequestionamento.

Nenhuma irregularidade se verifica, também, em relação à fixação do regime prisional mais gravoso, considerando o *quantum* da pena (5 anos e 3 meses de reclusão) e a existência de circunstância judicial desfavorável. A propósito: HC 416.687/AC, desta Relatoria, DJe 30/11/2017.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **reconsidero** a decisão de e-STJ fls. 1.920/1.921 e conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

